

II CENSO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

II CENSUS FOR HOMELESS PEOPLE IN FORTRESS: SHARING EXPERIENCES

Isabel Cristina Monteiro dos Santos¹ e Verônica Morais Ximenes²

Resumo

O objetivo é apresentar um relato de experiência a partir da participação no II Censo para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza. A população em situação de rua possui a política nacional que preconiza a garantia de direitos, porém ainda é uma população marginalizada, discriminada e esquecida, buscando suas próprias estratégias de sobrevivência. Para que haja investimento em políticas públicas, faz necessário dados que apontem as necessidades do público e como ferramenta de pesquisa utiliza-se o censo, porém é importante salientar que a construção dos dados necessita de pessoas envolvidas, experientes, compreensivas a realidade que irá ser coletada.

Palavras-chave: População em situação de rua; censo; políticas públicas; metodologia participativa.

Abstract

The purpose is presenting an experience report based on participation in II Census for Homeless People in Fortaleza. The homeless population has a national policy that advocates rights guarantee, but still is a marginalized, discriminated and forgotten population, seeking its own survival strategies. To have any investment in public policies, it is necessary to have data that point out the real needs of these people and as a research tool the census is used, but it is important to emphasize the data construction to be collected needs to have people involved, experienced, which understands the reality that will be collected.

Keywords: Homeless people; Census; Public policies; Participatory methodology.

¹ Universidade Federal do Ceará

² Professora Titular da Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará

Editor-associado: Ana Luísa Valadares Lanza Guimarães

Recebido em: 12/06/2023

Aceito em: 25/01/2024

Publicado em: 23/12/2024

Citar: dos Santos, I. C. M. & Ximenes, M. V. (2024) Metapsicologia E Epistemologia: Redefinindo Fronteiras Na Psicanálise Freudiana. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 12(1), 14-24

Introdução

Discutir as experiências de vida das pessoas em situação de rua no Brasil é um desafio. O público que vive, transita e constrói estratégias de vida no contexto das ruas é muitas vezes invisibilizado e naturalizado como mais um componente da paisagem urbana. Para Rodrigues (2015), a invisibilidade deriva do não reconhecimento; assim, ser anônimo pode significar ser ninguém, mas também qualquer um. Romper com essa invisibilidade tem sido uma luta no contexto brasileiro, que inclui conhecer e dar voz a esses sujeitos em suas múltiplas formas de enfrentamento cotidiano. Um olhar sobre a vida nas ruas busca entender os determinantes sociais, familiares e subjetivos que perpassam esses sujeitos.

Os estudos de Ximenes & Esmeraldo (2022), ao discutir os modos de vida de pessoas em situação de rua, debatem a invisibilidade e exclusão que atingem esse público e suas formas de resistência, que perpassam uma multiplicidade de significações e modos de ser. De forma semelhante, Alcantara et al. (2015), em estudos sobre a população de rua, apresentam um olhar sobre quem são essas pessoas, de onde vieram, como trabalham, onde ficam e como vivem. Eles apontam a vivência de rua como uma realidade compartilhada por diferentes indivíduos com histórias e trajetórias heterogêneas que transitam entre a vulnerabilidade e exclusão, mas também entre a resistência e a busca pela autonomia.

Desta forma, para Esmeraldo Filho et al. (2022), pensar a população em situação de rua é correlacionar as dimensões macrossociais vividas por esse público no sistema capitalista em sua faceta mais visível, a desigualdade. Além disso, é necessário analisar os aspectos ideológicos, psicológicos e simbólicos, os quais só são possíveis quando conseguimos analisar e compreender esses sujeitos e suas trajetórias.

Os estudos sobre a população de rua indicam características recorrentes que levam pessoas à vivência nesses espaços. De acordo com Nunes (2021), em pesquisa a respeito dos rebatimentos da pandemia de Covid-19 no Brasil para as PSR, as trajetórias mais comumente encontradas entre esses sujeitos incluem: situação de miséria extrema, vínculos familiares rompidos ou esgarçados, uso ou histórico de uso de substâncias psicoativas, situação de desemprego, envolvimento com facções, pessoas desapropriadas de seus lares pelo tráfico e condição de transtornos mentais.

Como indica Lemões (2020), apesar das múltiplas especificidades que levam à trajetória individual de um sujeito às ruas, essa vivência é, em um olhar macroscópico, uma expressão da questão social que é um fenômeno eminentemente histórico. Este vem metamorfoseando-se ao longo do tempo e assumindo contornos diferenciados a partir das modificações nos contextos sociais, econômicos e políticos ao longo da história humana, a qual, paulatinamente, passa a receber atenção e atuação por parte do Estado e da formulação de políticas sociais.

Neste sentido, para construir políticas destinadas a esse público, tornou-se necessário delimitar o perfil e as características sociais, pessoais, familiares e de trabalho daqueles que vivem nas ruas. No Brasil, a principal estratégia para conhecer e identificar esses sujeitos teve como marco o I Censo e Pesquisa Nacional de Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2008), que fomentou, ao longo dos anos subsequentes, uma série de censos nas diferentes cidades brasileiras visando à contagem, identificação e construção do perfil desse

público, servindo assim como base para planejar, executar e avaliar políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

Processos Censitários e a População Em Situação De Rua

Os processos censitários voltados para a população de rua no Brasil constituem-se como pontos de partida para a elaboração de grande parte das políticas voltadas a esse público. Esses procedimentos geram dados quantitativos e qualitativos que, além de uma contagem, embasam também o olhar e a compreensão sobre quem são e como vivem esses sujeitos. A construção de um perfil a respeito das pessoas em situação de rua, contudo, é um grande desafio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), um censo demográfico tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, emitindo informações importantes para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Contudo, afirmam Rosa e Brêtas (2015), a marca deste público é sua transitoriedade, multiplicidade e diversidade, elementos que conferem maior complexidade a processos que busquem sistematizar e construir olhares gerais a respeito desses sujeitos. Esses fatores dificultam e impõem barreiras à contagem padrão brasileira, levando à necessidade de uma abordagem metodológica específica voltada para a produção de censos junto à PSR.

Para Ribeiro et al. (2022, p. 71), a população em situação de rua constantemente encontra formas e maneiras de “escapar e resistir a quaisquer tentativas de disciplinamento dos corpos e das subjetividades”. Contudo, mesmo compreendendo o caráter biopolítico de Foucault (1999), no qual a construção dos corpos e subjetividades perpassa uma dimensão política estatal que visa o controle e a subordinação dos indivíduos, bem como seu disciplinamento, a realização de intervenções estatais e pesquisas sobre esse público são extremamente necessárias, pois também conservam em si a possibilidade de trazer luz às invisibilidades históricas desses sujeitos. De forma semelhante, Farias (2020), a respeito do Censo Popular realizado na cidade de Buenos Aires (Argentina) nos anos 2017 e 2019, ressalta que as pessoas em situação de rua foram capazes de manifestar de forma visível as diversas formas de violência vivenciadas, sobretudo aquelas que são impelidas pelo próprio Estado. Essas pesquisas possuem consequências que são percebidas durante e após o evento censitário, estimulando a singularização desse público e a compreensão da situação de rua como um fenômeno complexo e multifacetado.

No caso brasileiro, no ano de 2008, ocorreu o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008), no qual foram contabilizadas 31.922 pessoas. Essa pesquisa apresentou o perfil da PSR, suas especificidades, estratégias e visão da necessidade. A amostra apontou como maioria homens (82%), com idade ativa (18 a 55 anos), identificação da cor parda (39,1%). Para além dos dados, o I Censo denota a importância de perceber as pessoas em situação de rua para além de excluídas, em sua condição de sujeitos sociais. Ao dar voz a esses sujeitos, buscou-se reconhecê-los como “sujeitos sociais aptos a intervir sobre as decisões que influenciam suas vidas” (Brasil, 2009, p. 13). Desta forma, há o intuito de romper com preconceitos e estigmas socialmente constituídos a respeito das PSR, pautados na histórica invisibilidade a estes conferidos tanto na sociedade como em seus direitos fundamentais e humanos (Santana, 2014).

No esteio desta primeira grande contagem e teorização sobre a PSR, em 2009, deu-se a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, no qual define o seu público como indivíduos em situação de rua:

"Pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória" (Brasil, 2009, p. 01).

Para além da definição legal do que são as pessoas em situação de rua, na PNPSR, em seu artigo 7º, no qual trata dos objetivos, inciso III, refere-se a "instituir a contagem oficial da população em situação de rua" (Brasil, 2008, p. 02). Deste modo, a lei garante a necessidade da contagem das PSR, da definição do perfil deste público, destacando-se a importância da pesquisa.

Com isso, diferentes estados e municípios brasileiros vêm buscando realizar, a partir de diferentes metodologias, censos voltados para PSR com suas próprias realidades locais, elencando caracteres próprios a serem buscados e identificados em suas pesquisas. Esses processos, como discute Natalino (2016), denotam esforços setorializados diante da ausência nacional de uma contagem periódica das PSR e da própria dificuldade em chegar às pessoas que não possuem domicílio fixo ou residência.

Conforme exposto na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008), a opção metodológica do I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua baseou-se, então, no questionamento a respeito de onde o entrevistado dormia, para, a partir disso, conseguir chegar às pessoas que vivem e dormem em calçadas, viadutos, rodovias etc. Neste sentido, a pesquisa apontou a necessidade de os censos compreenderem, além do número de pessoas que vivem nas ruas, a disposição desses sujeitos nas ruas e instituições de acolhimento, faixas etárias, identificação, etnia, vínculo familiar, escolaridade, profissionalização, situação de trabalho e renda, gênero, locais de trânsito desses sujeitos, demandas de saúde e áreas de disposição.

No contexto de Fortaleza, em 2021, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, realizou o 2º Censo para População em Situação de Rua (Fortaleza, 2021), no qual foram contabilizadas 2.653 pessoas, um aumento de 54,4% em relação ao número de 2014 (1.718 pessoas). O perfil amostral foi 81,5% de pessoas do sexo masculino, 57,5% declararam cor parda, 49,1% entre 31 e 49 anos, 22,1% com tempo em situação de rua entre 1 e 5 anos. Espera-se que com a atualização deste perfil, haja a atuação do poder público para atender às necessidades atuais e urgentes desta população. Ressalta-se que o Censo Geral para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza/CE – 2021 (Fortaleza, 2021), teve um caráter inovador, pois contou desde seu planejamento com pessoas atuantes na pauta e seus respectivos representantes, de forma participativa e voluntária. Foi criado um grupo de trabalho, contando com pessoas em situação de rua, universidades, coletivos, movimentos que têm experiência com o trabalho à PSR, profissionais do SUAS, Ministério Público e o Conselho Municipal de Assistência Social.

A importância de um censo para PSR em Fortaleza ganha especial relevo diante das dimensões sociais, econômicas e subjetivas que perpassam a realidade local no tocante à sua histórica e visceral

desigualdade social, arquitetônica e urbanística. Para Rodrigues (2005), a vida nas ruas na capital do Ceará é produto histórico e social de uma vertiginosa exclusão social, cujas raízes encontram-se no desenvolvimento da própria cidade e em sua segregação social e espacial.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência a partir da participação na realização do II Censo para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza – CE – 2021. A inserção aconteceu em todo o percurso de planejamento, implementação e execução do censo, impulsionando o desejo de compartilhar a importância e necessidade desta pesquisa, pois o compartilhamento das metodologias, estratégias e processos de trabalho, bem como das conexões estabelecidas com os sujeitos, suas vidas e suas trajetórias, pode contribuir para um olhar mais próximo das PSR, seus dilemas, conflitos e enfrentamentos.

Metodologia

Os processos de organização e execução dos censos implementados pelas cidades citadas denotam que as metodologias utilizadas variaram em cada localidade, construindo modelos próprios de planejamento, execução e construção de dados. Neste sentido, busca-se apresentar como se estruturou esse tipo de pesquisa em Fortaleza, no ano de 2021, elencando o percurso metodológico que o compôs e construiu. Destaca-se que a autora, durante este período, trabalhava como técnica de referência na Célula de Proteção Social Especial, da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), sendo delegada a acompanhar e trabalhar em campo durante o processo censitário.

O censo inicia-se com a referida Secretaria realizando um chamamento público (Fortaleza, 2020) para que empresas com expertise pudessem concorrer. Com a celebração de contrato, foram realizadas reuniões entre os meses de junho e julho de 2020 com o intuito de conhecer a forma de aplicação da pesquisa, assim como apresentar as ações de atendimento às PSR no município, evidenciando um pouco suas características, os possíveis desafios e buscando familiarizar a empresa com as peculiaridades da nossa terra.

Um dos pontos em destaque é que, desde o início, a gestão da SDHDS reforçou o interesse e desafio de elaborar um censo de forma participativa, no qual o poder público pudesse ouvir e contar com a colaboração da sociedade civil e, principalmente, da população em situação de rua desde o início, durante, e até o resultado do censo. Com isso, foi criado um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de sugerir ideias e acompanhar sua realização, possibilitando, de forma participativa, um resultado aproximado ao ideal. O GT foi formado pelo Ministério Público Estadual, Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Psicologia Comunitária, Pastoral do Povo de Rua, Projeto Casa da Sopa, Coletivo Arruaça, Movimento Nacional da População em Situação de Rua, técnicos do Centro Pop e das políticas públicas, entre outros. Para Grand Junior et al. (2022), apresentar a metodologia do censo para pessoas em situação de rua é dar transparência ao processo e ampliar o debate sobre os autores envolvidos. Neste sentido, o grupo de trabalho teve um diferencial, pois cada etapa foi apresentada, discutida e anotada, considerando as percepções, sugestões, questionamentos e experiências dos entes envolvidos.

Foram realizados encontros com as PSR participantes do Movimento Nacional da População em

Situação de Rua (MNPSR), coletivos, entidades e profissionais do serviço especializado em abordagem social (SEAS) do município para, a partir do mapa da cidade, demarcarem os pontos de maior incidência de PSR. O produto destes encontros foi o mapa da cidade dividido em 05 distritos censitários, cada distrito recenseado por uma noite e dividido por setores (Fortaleza, 2021). Alguns dos bairros percorridos pela equipe foram Antônio Bezerra, Cidade dos Funcionários, Joaquim Távora, José Walter e Sapiranga/Coité. Destaca-se que, por serem distantes do Centro, o perfil das PSR era um pouco diferente, visto que, em sua maioria, ganhavam a vida com reciclagem, tinham um vínculo maior com a comunidade, alguns trabalhavam como vigias nos galpões, estacionamentos, oficinas e, em troca, tinham autorização para dormir, se alimentar e cuidar da higiene pessoal.

No processo de capacitação para aplicação do Censo, foram realizadas reuniões com os supervisores (10) e recenseadores (60), nas quais as equipes foram divididas, os distritos foram definidos e foram apresentados os conceitos adotados na pesquisa, explicando os procedimentos de trabalho. Ressalta-se algo que foi deliberado pelo GT, o acordo da contratação das PSR para trabalharem como recenseadores, ficando as equipes compostas por 01 PSR, 02 profissionais com experiência no atendimento à PSR, 02 recenseadores indicados pela empresa e 01 supervisor. As capacitações foram importantes para a interação e reconhecimento das equipes, porém outro diferencial foi o enfoque de ser algo vivencial, no qual foram dispostas situações para encenações, debates e orientações sobre mediação de conflitos que porventura pudessem ocorrer. Todos puderam manusear os tablets para conhecimento do software de coleta dos dados e os supervisores participaram in loco de um pré-teste na Praça do Liceu do Ceará - Jacarecanga. Acrescenta-se que, a partir das capacitações, as pessoas selecionadas passaram a ser remuneradas com diárias e ajuda de custo para alimentação e deslocamentos.

A coleta censitária ocorreu entre os dias 19 e 23 de julho de 2021, sendo disponibilizado um equipamento de referência (CRAS, CREAS, CENTRO POP) para que as equipes pudessem se organizar quanto ao percurso que seria feito no dia, guardar seus pertences, realizar lanches e ir ao banheiro. A saída com os veículos era a partir das 21h, seu retorno às 00h ou ao completar o percurso. A empresa que monitorava via GPS era encarregada de autorizar o retorno à base ou solicitar que fosse feita mais alguma varredura. Nossa equipe foi orientada a realizar esse procedimento em dois dias, visto que os pontos destacados não tinham incidência de público; ao retornarmos mais tarde, as pessoas previstas foram localizadas. Destaca-se que, onde localizavam-se os acolhimentos institucionais nos distritos censitários, era destinada uma equipe para entrevistar os acolhidos.

A orientação foi que a abordagem fosse feita em dupla, na qual um registrava e o outro acompanhava, buscando aos arredores mais pessoas para participar com algumas perguntas de partida: "Onde o (a) Sr.(a) vai dormir hoje? Onde o (a) Sr.(a) tem dormido? Está sozinho (a) ou acompanhado (a)?" (Fortaleza, 2021, p.14). Caso a pessoa em questão estivesse dormindo e/ou não conseguisse responder ao questionário, seria orientado que fosse feito o registro, mas destacando em campo específico denominado: registro por observação. Recorda-se de um homem com aproximadamente 40 anos que se dispôs a participar, mas não era compreensível seu diálogo por ser traqueostomizado e o esforço o deixava ofegante, sendo orientado ao recenseador registrá-lo por observação. Grande parte do percurso percorrido era feito a

pé, pois, à noite, em determinados pontos, era impossível identificar pessoas dormindo nos canteiros, embaixo de marquises e afins. Desta forma, a equipe se revezava: uma dupla caminhava e outra ficava no carro em baixa velocidade fazendo a identificação visual. Não foram notificadas situações graves durante esses dias de pesquisa, mas fatos esperados, tais como: pessoas com transtornos mentais graves e/ou aparentando estarem sob efeito de substâncias psicoativas, envolvidas com tráfico que se aproximavam para entender o motivo de estarmos no território na madrugada. Destaca-se que os supervisores tinham de posse um instrumento de evolução, algo parecido com um diário de campo, no qual era preenchido com a ordem dos pontos onde foram realizadas as abordagens, comunicações que por ventura foram feitas com a base e intercorrências naquele dia. Recorda-se da primeira noite, quando uma dupla de recenseadores foi abordar uma pessoa em um terreno baldio, ela arremessou um pedregulho e proferiu gritos para não se aproximarem. Por sorte, ninguém se feriu e a coleta foi feita por observação.

Concluído o processo censitário, passou-se para o segundo momento, que foi a pesquisa amostral, no qual seria delineado o perfil das pessoas em situação de rua. Para este momento, o grupo de trabalho (GT) pôde contribuir com a avaliação do questionário que seria aplicado, sendo escolhido um subgrupo de trabalho com expertise em pesquisa e trabalho com o público, contando com representantes: pessoas em situação de rua, Pastoral do Povo da Rua, Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Pesquisa Comunitária, representantes do Fórum de Rua, trabalhadores do SUAS e SDHDS. Essa estratégia foi importante, pois conseguiu aproximar o questionário à linguagem da população em situação de rua. Por exemplo, foi incluído o termo “manguear” como estratégia de trabalho e renda, retirando “mendicância” por não ser um termo popularmente utilizado em Fortaleza. Foram adicionadas perguntas importantes para o momento pandêmico (COVID-19), questões de gênero, dentre outras perguntas divididas por eixos temáticos.

Após a entrega do produto final pela empresa, em dezembro de 2021, a Prefeitura de Fortaleza construiu outro grupo de trabalho com todas as secretarias municipais para elaboração de um plano emergencial com o intuito de atender às demandas resultantes do censo. Em janeiro de 2022, o município reuniu o grupo de trabalho inicial para apresentar os resultados do censo. Em fevereiro de 2022, o atual prefeito José Sarto fez uma live na rede social Instagram (Fortaleza, 2022), divulgando os dados a domínio público, assim como a promessa de um orçamento para execução de um pacote de ações, no qual seriam destinados R\$ 8,7 milhões de reais para a abertura de mais um acolhimento institucional para mulheres e famílias, mais um espaço de higiene didaã, mais de 300 vagas do benefício de locação social e a adição de mil refeições diárias. Ainda em fevereiro, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social realizou uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de Fortaleza, dando deferimento do processo do censo, bem como, reforçando a execução do plano emergencial.

Resultados e Discussões

O II Censo Geral para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza/CE – 2021 (Fortaleza, 2021) apontou 2.653 pessoas vivendo em situação de rua. Considera-se que este tipo de pesquisa não é algo simples de se realizar, haja vista que seu objeto de estudo é transitório, não se localizando em endereço fixo (Natalino, 2016). Por isso, destaca-se que Fortaleza demonstrou um diferencial em sua pesquisa, pois o II censo foi

construído por muitas mãos e parte delas por aqueles(as) que vivenciam as ruas todos os dias, facilitando o seu processo. Apontaremos a metodologia participativa na construção do II Censo Geral para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza/CE – 2021.

Trabalhar com o social requer a compreensão de que os sujeitos, a comunidade, precisam ter vez e voz sobre o contexto em que estão inseridos, precisam se sentir participantes e contribuintes do processo e, mais ainda, acreditar que tal ação trará os resultados que de fato necessitam, conforme sua realidade. Com isso, a práxis da metodologia participativa tem o papel de facilitar a chegada deste objetivo, fomentando espaço de construção coletiva, tomada de consciência dos direitos e necessidades, fortalecendo os sujeitos sobre as potencialidades existentes no grupo. A partir desta linha de raciocínio, Ximenes et al. (2017) expressa que a metodologia participativa tende a favorecer o fortalecimento da identidade pessoal, coletiva ou comunitária, na direção de processos de autonomia. Quando nos referimos à tomada de consciência, é possível pensar num caminho para a libertação, longe de construções que cerceiam a autonomia do sujeito e ditam de que forma devem existir. A metodologia participativa pode ser vista em três momentos no II censo: construção do GT de Trabalho, escolha de pessoas em situação de rua como recenseadores e incorporação de temáticas no questionário.

O GT contribuiu para que o II Censo fosse adaptado à nossa realidade, com a cara da nossa terra, atribuindo peculiaridades que só aqueles que trabalham com o público ou estão em situação de rua em Fortaleza poderiam proporcionar. O grupo de trabalho surgiu a partir deste diálogo com a empresa que realizou a pesquisa, e a cada etapa de planejamento e execução do censo, o grupo era convocado pela Prefeitura para tomar ciência, fazer sugestões e acompanhar o processo, dando espaço para que fossem discutidos e questionados os procedimentos. Deste modo, o II Censo para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza – CE – 2021 conseguiu agregar várias frentes, como movimentos sociais, a própria população em situação de rua e poder público, para que a pesquisa gerasse resultados a partir de uma metodologia participativa e pudesse atender à população.

Um ponto positivo do grupo de trabalho foi a sugestão de que parte das vagas no processo censitário fossem destinadas às pessoas em situação de rua pelos seguintes motivos: processo de inclusão social, direitos, oportunidade, conhecer de perto os territórios, ter facilidade de acesso aos locais e saber o dialeto das ruas. As pessoas em situação de rua foram selecionadas pelos critérios de estarem vivendo ou tendo superado a vivência de rua, assim como tivessem algum tipo de inserção nos espaços de luta e reivindicações, como o MNPSR.

Na pesquisa censitária, houve um momento de tensão no qual se levantou a discussão sobre a inclusão da pergunta sobre orientação sexual no questionário. Para Machado (2022), contextualizar a população LGBTQIA+ em situação de rua (PSR+) é um assunto complexo e ao mesmo tempo desafiador de se debater, pois o sujeito sofre outras implicações por sua orientação sexual e identidade de gênero, tais como homofobia, discriminação, estigma pelo intenso preconceito. Durante as capacitações, representantes do MNPSR subiram no púlpito e reivindicaram a inclusão da pergunta sobre gênero. O assunto foi levado à SDHDS, juntamente à Célula de Direitos Humanos e, após a apresentação dos argumentos técnicos, a pergunta foi aderida à pesquisa.

Ainda sobre a participação ativa do grupo de trabalho, foi importante a oportunidade de revisar e inserir perguntas no questionário amostral, como questões sobre orientação sexual, pobreza multidimensional, saúde (COVID-19), direitos humanos, segurança, modos de enfrentamento da situação de rua, entre outros, para que fossem coletadas a realidade atual a partir de várias temáticas que afetam essas pessoas em extrema pobreza.

Considerações Finais

Considera-se que uma pesquisa censitária para pessoas em situação de rua é algo difícil de planejar e executar, devido seu objeto de estudo não ter um endereço fixo, porém não é algo impossível. Uma justificativa como essa reforça a exclusão social, discriminação e invisibilidade. O II Censo Geral para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza/CE – 2021 é matéria viva de como uma metodologia participativa é capaz de minimizar dificuldades e conseguir chegar ao seu público-alvo.

O grupo de trabalho criado nesse processo possibilitou fortalecimento e legitimidade às decisões tomadas na execução do censo. A participação das pessoas do MNPSR teve o papel de monitorar e apontar possíveis pontos cegos que ocorreriam, visto que tinham diferentes olhares e *expertises*, facilitando o diálogo e aprimorando fragilidades. A partir destes desafios, considera-se que esta pesquisa tem um caráter inovador. A atenção em construir um questionário fiel em pontos relevantes para o público, com linguagem adaptada, e abordando problemas vivenciados, é uma forma de direcionar as políticas públicas para suas verdadeiras necessidades.

Foram identificadas dificuldades que reforçam a necessidade de discutir mais sobre a luta e garantia de espaço das pessoas em situação de rua, que devem ser vistas e inseridas em todas as políticas públicas. O referido censo teve a Assistência Social como condutora de todo o processo e não houve participação ativa das demais políticas públicas, o que denuncia uma fragilidade que não é novidade, mas que precisa ser ressaltada para que se garantam e legitimem os direitos integrais desta população.

Após um ano do planejamento e realização do II Censo Geral para Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza/CE – 2021, conclui-se que sua execução foi bem-sucedida, pois muitos apostaram em seu processo a partir da metodologia participativa. As ações ainda estão em processo de realização, dando margem para a concepção de que a busca pela garantia dos direitos das pessoas em situação de rua existe, mas precisa de fortalecimento para que avance e se concretize.

Referências

- Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 129-143. doi: 10.15446/rcp.v24n1.40659
- Brasil. (2008). *Rua, aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome.
- https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
- Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação

de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

Esmeraldo, A. F. L., & Ximenes, V. M. (2022). Ser e resistir: modos de vida de mulheres em situação de rua. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo, & C. E. Esmeraldo Filho (Orgs.), *Viver nas ruas: Trajetórias, desafios e resistências* (pp. 139-159). Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.

Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2022). Direitos humanos enquanto dimensão da pobreza de pessoas em situação de rua. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo, & C. E. Esmeraldo Filho (Orgs.), *Viver nas ruas: Trajetórias, desafios e resistências* (pp. 239-265). Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.

Farías, M. (2020). Problematicar las relaciones espacio-sujeto-situación de calle: el caso del Censo Popular en Buenos Aires. *Revista Colombiana de Sociología*, 43(2), 215-237. doi: 10.4000/rccs.10948

Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). (4a ed.). [Versão digital em Adobe Reader]. <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>

Grand Junior, J. G., Gonzaga, J. G. G., & Almeida, T. H. (2022). Mapeamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro: uma proposta metodológica. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 55. doi: 10.4000/confins.46680

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2022). Conheça Cidades e Estados do Brasil: Fortaleza. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>

Lemões, T. (2020). Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegibilidade estatal no Brasil [Número semintemático]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 123, 27-46. doi: 10.4000/rccs.10948

Machado, R. W. G. (2022). População LGBTQIA+ em situação de rua: assistência social em debate. *Revista Gênero*, 22(2), 29-51. <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47610>

Natalino, M. A. C. (2016). Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil [Versão digital em Adobe Reader]. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf

Nunes, N. R. A., Cinacchi, G., Ramos, T., Rodriguez, A., & Mattos, B. (2021). População em Situação de Rua em tempos de pandemia da Covid-19 [Versão digital em Adobe Reader]. http://www.editora.puc-rio.br/media/Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua_book.pdf

Prefeitura de Fortaleza. (2021). Relatório do Censo Geral da População em Situação de Rua da Cidade de Fortaleza [Relatório Técnico]. https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/Relat%C3%B3rio_Censo_-_Atualizado_compressed.pdf

Prefeitura de Fortaleza. (2022). Prefeito anuncia pacote de ações emergenciais para a população em situação de rua da Capital. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-anuncia-pacote-de-acoes-emergenciais-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-da-capital>

Ribeiro, D. M., Silva, A. V. F., Rocha, M. B., & Nobre, M. T. (2022). Precarização da Vida nas Ruas em Cenário Pandêmico. *Revista Polis e Psique*, 12(1), 66-94. doi: 10.22456/2238-152X.120126

Rodrigues, L. V. B. P. (2005). Vida nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade (Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1490/1/2005_TESE_LVBPRODRIGUES.pdf

Rosa, A. S., & Brêtas, A. C. P. A. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 19(53), 275-285. doi: 10.1590/1807-57622014.0221

Santana, V., & Castelar, M. (2014). A População em Situação de Rua e a luta pela cidadania. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 38(2), 357-389. doi: 10.22278/2318-2660.2014.v38.n2.a678

Ximenes, V. M., Lemos, E. C., Silva, A. M. S., Abreu, M. K. A., Esmeraldo Filho, C. E., & Gomes, L. M. (2017). Saúde Comunitária e Psicologia Comunitária: suas contribuições às metodologias participativas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 11(2), 4-13. doi: 10.24879/2017001100200161